

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

CONTRATO Nº 004/2021

A CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Senador Eurico Rezende, nº 780, Centro, Boa Esperança-ES, inscrita no CNPJ sob o nº 36.349.041/0001-35, neste ato legalmente representada pelo Vereador-Presidente Renato Barros, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Avenida Senador Eurico Rezende, nº 418, Centro, Boa Esperança-ES, inscrito no CPF sob o nº 811.270.577-15 e no RG nº 607.597-ES, doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa **MC INFORMÁTICA LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.299.377/0001-58, sediada na Avenida Padre Francisco, nº 652, Loja 02 – Centro, Vila Valério/ES, CEP: 29.785-000, neste ato legalmente representada por Carlos Roberto Schades, Sócio Administrador, brasileiro(a), casado, residente e domiciliado na Rua Antônio Bento, nº 68, Leopoldina, Vila Pavão, CEP: 29.843-000, inscrito(a) no CPF sob o nº 082.052.947-80 e no RG nº 1366.060 - ES, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar este Contrato nos termos do procedimento licitatório **Pregão Presencial nº 003/2021, Processo Administrativo nº 9.286/2021**, conforme a Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002, que se regerá mediante as cláusulas e condições que subseguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Instrumento a aquisição do **item 1**, conforme a(s) especificação(ões) e o(s) quantitativo(s) constantes no ANEXO I deste Instrumento, observados todos os requisitos e condições constantes neste Contrato e no Termo de Referência que o originou, pertinente ao Pregão Presencial nº 003/2021 (Processo Administrativo nº 9.286/2021).

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Fazem parte integrante deste Contrato todos os documentos e instruções que compõem o Processo Administrativo nº 9.286/2021, completando-o para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

3.1 As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta do orçamento atual da CONTRATANTE, a cargo dos recursos existentes na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) própria(s):

001001.0103100013.002 – Aquisição de Móveis e Equipamentos:

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1 O presente Contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

4.2 O início da vigência será contado do dia seguinte ao da publicação do resumo deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO

5.1 O valor global estimado deste Contrato corresponde a **R\$ 30.025,00** (trinta mil e vinte e cinco reais).

5.2 No valor já estão incluídos todos os custos e todas as despesas diretas ou indiretas, relativas ou relacionadas com o objeto da contratação, como transporte, seguros, garantia do(s) produto(s), tributos e ônus fiscais, trabalhistas e sociais e de qualquer outra natureza, encargos e taxas necessárias à perfeita conclusão e fornecimento do objeto contratado, ou que porventura venham a incidir sobre o mesmo.

5.3 O valor do presente Contrato é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

6.1 O presente Contrato versa sobre a aquisição do(s) seguinte(s) produto(s): **descrito no item 01.**

6.2 As especificações detalhadas e o(s) quantitativo(s) do(s) produto(s) contratado(s) constam no ANEXO I deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORNECIMENTO DO(S) PRODUTO(S)

7.1 O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) na sede da CONTRATANTE, situada na Avenida Senador Eurico Rezende, nº 780 – CENTRO – Boa Esperança-ES, CEP 29845-000, no horário de Brasília, das 12 às 18h (de segunda a quinta-feira) e das 07 às 13h (na sexta-feira), em dias úteis.

7.2 O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) acompanhado(s) de documento fiscal, com as mesmas condições indicadas na proposta de preço vencedora do certame, quanto ao fabricante (marca), modelo, forma de acondicionamento, tamanho (dimensões), composição, garantia, quantidade, qualidade, preço/valor unitário e preço/valor total, respeitando rigorosamente as especificações deste Contrato e do Termo de Referência.

PODER LEGISLATIVO

7.3 O(s) produto(s) deverá(ão) ser novo(s) e de primeiro uso, estar em perfeito estado de conservação, estar adequadamente embalado(s) de forma a preservar suas características originais, ser entregue(s) em embalagens lacradas, atender às especificações técnicas exigidas e obedecer rigorosamente:

7.3.1 às normas e especificações constantes neste Instrumento e no Termo de Referência;

7.3.2 às normas da ABNT/INMETRO, conforme especificação e necessidade de cada produto;

7.3.3 às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;

7.3.4 às prescrições e recomendações dos fabricantes.

7.4 O(s) produto(s) deverá(ão) ser fornecido(s) à CONTRATANTE com todos os materiais complementares (conectores específicos, adaptadores especiais, encaixes, cabos, parafusos, etc.) que se fizerem necessários ao funcionamento integral do(s) mesmo(s).

7.5 A empresa CONTRATADA deverá entregar o(s) produto(s) de maneira que seja possível conferir, separadamente, cada um, de forma que facilite a contagem, o controle e o recebimento provisório do(s) mesmo(s).

7.6 O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) em embalagem(ns) original(is), sem avarias, devendo ser identificado(s) com informações precisas, corretas, claras, em língua portuguesa sobre suas características, quais sejam: **qualidade, quantidade, composição, garantia e origem.**

7.7 A entrega do(s) produto(s), no local indicado pela CONTRATANTE, ficará a cargo da empresa CONTRATADA, a quem caberá providenciar a mão de obra e o transporte necessários, sem qualquer ônus para esta Câmara Municipal.

7.8 Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, o(s) produto(s) será(ão) devolvido(s), ficando a retirada do(s) mesmo(s) e os custos decorrentes por conta da empresa CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9 A aquisição deverá ser realizada com modo de execução de parcela única e entrega imediata.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DO(S) PRODUTO(S)

8.1 A CONTRATADA deverá garantir o(s) produto(s) do objeto durante o prazo mínimo estabelecido na coluna "**DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS REFERENCIAIS MÍNIMAS**" do respectivo(s) produto(s), contida no ANEXO I deste Contrato e no subitem **16.7** do Termo de Referência, bem como durante o período de garantia constante da proposta vencedora da CONTRATADA, cujo prazo de vigência será contado a partir do recebimento DEFINITIVO do(s) produto(s).

8.2 Os serviços de garantia deverão ser prestados pelo fabricante do(s) produto(s) ou pela assistência técnica autorizada, durante o período de cobertura, sempre sob a responsabilidade da CONTRATADA, que será comunicada imediatamente quando da abertura do chamado técnico.

8.3 Havendo a necessidade da empresa CONTRATADA substituir algum produto por defeito, o produto entregue em substituição ao defeituoso deverá ser original, do mesmo fabricante de qualidade e com características técnicas iguais, equivalentes ou superiores àquelas do produto defeituoso substituído.

PODER LEGISLATIVO

8.4 Os drivers dos componentes dos equipamentos para os sistemas operacionais suportados devem estar disponíveis para download no site do fornecedor do equipamento durante todo o período da garantia.

8.5 O prazo para reoperacionalização de equipamento defeituoso deve ocorrer em no **máximo 5 (cinco) dias corridos** após a abertura do chamado. Caso o problema não seja solucionado no prazo informado, deverá obrigatoriamente ser disponibilizado, temporariamente, equipamento com características e funcionalidades iguais, similares ou superiores ao equipamento com defeito, durante o prazo de reparo.

8.6 Havendo necessidade de substituir o produto defeituoso, deverá ocorrer a substituição no prazo **máximo de 05 (cinco) dias corridos** contados a partir do vencimento do prazo dado para reoperacionalização do produto, ficando a cargo da CONTRATADA todas as eventuais despesas referentes à retirada/envio/transporte de produtos e/ou componentes substituídos.

8.7 Durante o prazo de garantia a empresa CONTRATADA fica obrigada a substituir o(s) produto(s) sempre que houver vício insanável, no prazo **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de notificação do problema, sem ônus para a CONTRATANTE.

8.8 Durante o período de garantia a CONTRATADA deverá assumir os custos de transporte/frete para manutenção e/ou devolução de qualquer produto.

8.9 Todos os prazos e garantias, que por ventura não foram citados neste Contrato e no Termo de Referência, deverão ser observados considerando as mesmas condições estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor.

8.10 O atendimento no período coberto pela garantia descrita acima inclui mão de obra, peças, transportes e seguros, quando for o caso.

8.11 A garantia técnica oferecida pelo fabricante e pela empresa CONTRATADA deve contemplar a substituição do disco rígido ou equivalente do produto, quando for o caso, em caso de aviso de pré-falha, identificado pelo software de gerenciamento.

8.12 As obrigações relativas à garantia e assistência técnica serão mantidas mesmo após o término da vigência deste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

9.1 A entrega do(s) produto(s) deverá ser efetuada na sede da CONTRATANTE no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento, das 12 às 18h (de segunda a quinta-feira) e das 07 às 13h (sexta-feira), em dia útil, podendo o prazo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE.

9.1.1 A entrega do(s) produto(s) pela CONTRATADA se dará de forma imediata.

9.2 O(s) produto(s) será(ão) recebido(s) pela CONTRATANTE da seguinte forma:

9.2.1 PROVISORIAMENTE; mediante recibo no ato da entrega, por servidor designado pela CONTRATANTE, tendo o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da entrega, para verificação da conformidade do(s) produto(s) com as especificações e condições descritas neste Contrato e no Termo de Referência;

9.2.1.1 O recebimento provisório do(s) produto(s) não implica a aceitação definitiva do(s) mesmo(s).

9.2.2 DEFINITIVAMENTE; depois de verificada a conformidade do(s) produto(s) descrita neste Contrato e no Termo de Referência, o servidor atestará no documento de entrega feito pela empresa o recebimento definitivo do(s) produto(s) em condições satisfatórias, nos termos do inciso II, alínea “b” do art.73 da Lei Federal nº 8.666/93.

PODER LEGISLATIVO

9.2.2.1 A atestação de conformidade e o recebimento DEFINITIVO do(s) produto(s) caberão ao Diretor Geral da Câmara Municipal e/ou ao servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do respectivo contrato.

9.3 O(s) produto(s) que estiver(em) em desacordo com as especificações e condições descritas neste Contrato e no Termo de Referência ou que apresentar(em) vício ou defeito de qualidade ou impropriedade para o uso, será(ão) recusado(s) e devolvido(s), parcial ou totalmente, conforme o caso, mediante Termo de Recusa, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-lo(s) no prazo de até **10 (dez) dias** úteis, contados da data de recebimento da notificação escrita, sem ônus para a CONTRATANTE, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

9.4 O Diretor Geral da Câmara Municipal e/ou o servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução contratual poderá(ão) solicitar a substituição de um produto por outro em caso de defeito, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento daquele que foi devolvido, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil.

9.5 Somente após a verificação do enquadramento do produto entregue com as especificações definidas neste Contrato e no Termo de Referência dar-se-á o recebimento **DEFINITIVO** por servidor responsável, no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar do recebimento provisório.

9.5.1 Constatado desacordo com as condições e especificações descritas, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

9.6 O(s) produto(s) será(ão) recebido(s) DEFINITIVAMENTE, no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade com as especificações e demais exigências estabelecidas nesta contratação, atestando no documento de entrega, o recebimento em condições satisfatórias, em termos de quantidade e qualidade, conforme o inciso II, alínea “b”, do art.73 da Lei nº 8.666/1993.

9.7 Será recusado produto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação.

9.8 O recebimento DEFINITIVO do(s) produto(s) não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela execução da contratação e pelo perfeito estado do(s) produto(s) fornecido(s), cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da(s) sua(s) utilização(ões).

9.9 A CONTRATANTE poderá solicitar análises ou testes do(s) produto(s) junto ao(s) seu(s) fabricante(s), quando for o caso, para verificar a legitimidade do(s) mesmo(s). Se verificada a inadequação do(s) produto(s) ou sua falsidade, será feita a notificação da CONTRATADA para que se proceda à substituição, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**. Caso não seja realizada a substituição, a empresa CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/1993 e na Cláusula Décima Quarta deste Contrato. Se for declarada pelo fabricante a falsidade, independente da substituição, o(s) produto(s) ficará(ão) retido(s), para que se proceda à responsabilidade criminal, prevista no art. 96, da Lei nº 8.666/1993.

9.10 Se a CONTRATADA se recusar a substituir o(s) produto(s) rejeitado(s), também será considerado descumprimento contratual, sujeitando-se a CONTRATADA à aplicação da penalidade prevista na Cláusula 14.1-b deste Contrato e no subitem 13.1-b do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

10.1 Os procedimentos de fiscalização contratual serão exercidos pelo servidor formal e previamente designado pela CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos, juntamente com o Diretor Geral da Câmara Municipal, para fins de cumprimento ao art. 67 da Lei nº 8.666/1993 e aos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964.

10.1.1 Os servidores a que se refere a Cláusula 10.1 serão os responsáveis por acompanhar a entrega do(s) produto(s), conforme este Contrato e o Termo de Referência, com competência para atestar o recebimento PROVISÓRIO e DEFINITIVO desse(s) produto(s), sendo, também, os responsáveis por promover os testes necessários nesse(s) produto(s) recebido(s) pela CONTRATANTE, para, em sequência, realizar o aceite definitivo do(s) mesmo(s).

10.2 Aos servidores investidos na função de fiscalização contratual, também compete:

10.2.1 exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

10.2.2 solicitar à empresa CONTRATADA a substituição, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, do objeto que apresente defeito insanável durante seu uso, no decorrer do prazo de garantia, cujo prazo será de acordo com o estabelecido no Anexo I deste Instrumento e no Termo de Referência;

10.2.3 anotar em registro próprio, comunicando ao preposto da empresa CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, no Termo de Referência e na legislação pertinente.

10.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior da CONTRATANTE, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

10.4 Exigências da fiscalização, respaldadas na legislação aplicável, no Edital, no Termo de Referência e neste Contrato, deverão ser imediatamente atendidas pela empresa CONTRATADA.

10.5 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Contrato, no Termo de Referência e na legislação vigente.

10.6 A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado mediante o fornecimento à CONTRATANTE de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), juntamente com os documentos de regularidade fiscal exigidos pelo art. 29 da Lei nº 8.666/1993. Tais documentos, depois de conferidos, visados e tendo sido certificada a liquidação da despesa nos termos da Lei nº 4.320/1964, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de até **20 (vinte) dias corridos**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da respectiva apresentação.

PODER LEGISLATIVO

11.1.1 Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

Onde: **VM= Valor da Multa Financeira;**
VF = Valor da Nota Fiscal Eletrônica
ND = Número de Dias em atraso.

11.2 A liquidação da despesa deverá ser atestada pelo servidor responsável, o qual atestará a cumprimento da execução do objeto, após juntar aos autos a Nota Fiscal Eletrônica, os documentos de regularidade fiscal exigidos pelo art. 29 da Lei nº 8.666/1993, além de outros documentos necessários à liquidação da despesa.

11.3 Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), ou outra circunstância impeditiva, será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o recebimento definitivo será suspenso e que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização.

11.4 A Nota Fiscal Eletrônica deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados à CONTRATANTE, na etapa de CREDENCIAMENTO, e acolhidos nos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, na Sessão Pública de Disputa do Pregão Presencial.

11.5 Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no respectivo processo administrativo de aquisição deverá ser comunicada à CONTRATANTE, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

11.6 A CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações.

11.7 Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições previstas no edital que culminou na contratação do objeto, no que concerne à proposta de preço e à habilitação.

11.8 A CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal Eletrônica, sem rasuras ou emendas, emitida em nome da CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES, CNPJ Nº 36.349.041/0001-35, situada na Avenida Senador Eurico Rezende, nº 780 – CENTRO – Boa Esperança/ES, CEP 29845-000.

11.8.1 No texto da Nota Fiscal Eletrônica deverão constar, obrigatoriamente, o número do Contrato, o(s) objeto(s), a(s) marca(s) e modelo(s) do(s) produto(s), o(s) valor(es) unitário(s) e total(is) o(s) valor(es) unitário(s) e total(is);

11.9 O pagamento da Nota Fiscal Eletrônica será efetuado através de Transferência ou Ordem Bancária, para a conta bancária da CONTRATADA, ficando esta responsável por avisar à CONTRATANTE qualquer alteração das informações bancárias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Proporcionar todas as facilidades, inclusive fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA as informações e os elementos necessários ao cumprimento do contrato com os esclarecimentos atinentes ao objeto deste Contrato e do Termo de Referência, para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição.

12.2 Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação e ao pagamento.

PODER LEGISLATIVO

12.3 Designar e manter designado servidor para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do objeto contratual, inclusive para receber o(s) produto(s) do objeto, com competência necessária para promover o recebimento do(s) mesmo(s) sob os aspectos quantitativos e qualitativos, assim como observar os prazos de validade e de entrega.

12.4 Acompanhar, coordenar e fiscalizar a execução contratual e a entrega do(s) produto(s), anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas no fornecimento do(s) produto(s), de forma a garantir o pleno cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

12.5 Receber o(s) produto(s) de acordo com as condições, as especificações, a garantia e os prazos estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência.

12.6 Notificar, formal (por escrito) e tempestivamente, a CONTRATADA sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no cumprimento deste Contrato e do Termo de Referência, para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias, bem como no tocante à disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

12.6.1 Poderá haver notificação por meio eletrônico (e-mail) fornecido pela CONTRATADA quando da assinatura contratual, ficando a cargo desta avisar qualquer alteração cadastral no curso do contrato;

12.6.2 Considerar-se-á lido o e-mail **48 (quarenta e oito) horas** após o seu envio.

12.7 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA, efetuando os pagamentos na forma e nos prazos previstos neste Contrato e no Termo de Referência, após o cumprimento das formalidades legais;

12.8 Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Entregar o(s) produto(s) de acordo com as condições, as especificações, a garantia e os prazos estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência.

13.2 Confirmar o recebimento da Ordem de Fornecimento do(s) produto(s).

13.3 Entregar os produtos nos prazos estipulados na Cláusula **9.1** deste Contrato e no subitem **8.1** do Termo de Referência.

13.4 Indicar o endereço, telefone, e-mail e pessoa (preposto) de contato para relacionar-se com a CONTRATANTE, pelos quais assumirá inteira responsabilidade por alterações ou falhas de comunicação.

PODER LEGISLATIVO

13.5 Fornecer manual com orientações para manutenção/limpeza, discriminando os materiais a serem utilizados, restrições e demais cuidados para a permanência do período de garantia estabelecido na proposta da CONTRATADA.

13.6 Manter, durante toda a execução da contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55 da Lei nº 8.666/1993.

13.7 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente às reclamações.

13.8 Providenciar o conserto imediato do produto em caso de defeito durante a vigência da garantia, no prazo estabelecido, contado da comunicação via fax ou e-mail ou outro meio idôneo.

13.9 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE.

13.10 Transportar o(s) produto(s) e disponibilizar mão de obra para a entrega do(s) mesmo(s).

13.11 Custear o frete relativo à devolução do(s) produto(s) defeituoso(s) dentro do prazo de garantia.

13.12 Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, aos seguros e quaisquer outras não mencionadas, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta da execução contratual, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade.

13.13 Apresentar Nota Fiscal Eletrônica em conformidade com a Cláusula Décima Primeira deste Contrato e com o item **14** do Termo de Referência.

13.14 Custear a mão de obra e o frete relativos ao transporte para a entrega do(s) produto(s), bem como relativos às despesas de qualquer produto que seja devolvido, substituído ou enviado para a assistência técnica autorizada, nos casos de incompatibilidade, irregularidade, deficiência, defeito e/ou avaria verificada e comunicada pela CONTRATANTE, dentro do prazo de garantia.

13.15 Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados a seus empregados, ou prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução contratual resultante deste Contrato e do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

PODER LEGISLATIVO

14.1 A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para o fornecimento do(s) produto(s), sujeitando-se às penalidades constantes no art. 7ª da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a saber:

a) ADVERTÊNCIA, nos casos de pequenos descumprimentos deste Contrato e do Termo de Referência, que não gerem prejuízo para a CONTRATANTE;

b) Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), incidente sobre o valor não atendido da Ordem de Fornecimento, nos casos de descumprimento do prazo para entrega do objeto, que será calculada pela fórmula **M = 0,0033 x C x D**. Tendo como correspondente: **M = valor da multa, C = valor da obrigação e D = número de dias em atraso**;

b.1) Após 30 (trinta) dias corridos de atraso na entrega dos produtos, a CONTRATANTE poderá considerar inexecução total do objeto;

b.2) Em caso de inexecução total do objeto aplicar-se-á multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação;

b.3) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

b.4) Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

b.5) O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, inciso I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93;

b.6) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens “c”, “d” e “e”, descritos a seguir.

c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR e impedimento de contratar com a CONTRATANTE por um período de até 2 (dois) anos, nos casos de recusa quanto a assinatura do instrumento contratual, fornecimento de produtos ou prestação dos serviços;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa;

e) IMPEDIMENTO de licitar e contratar com o Município de Boa Esperança-ES, de acordo com o art. 7º da Lei nº 10.520/2002 pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas para a contratação, ao licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar, ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

14.2 Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/1993;

14.3 As sanções administrativas somente serão aplicadas pela CONTRATANTE após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;

14.4 A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

14.4.1 Poderá haver notificação por meio eletrônico (e-mail) fornecido pela

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

CONTRATADA quando da assinatura contratual, ficando a cargo desta avisar qualquer alteração deste no curso do contrato. Considerar-se-á lido o e-mail pela CONTRATADA 48 (quarenta e oito) horas após o seu envio;

14.5 O prazo para apresentação de defesa prévia será de **05 (cinco) dias úteis** a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/1993;

14.6 A aplicação da sanção “Declaração de Inidoneidade” compete exclusivamente ao Presidente da Câmara Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **10 (dez) dias** da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após **02 (dois)** anos de sua aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

15.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, bem como, a aplicação das multas e penalidades previstas neste Instrumento.

15.2 Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, ou prazos;
- c) a lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) o atraso injustificado no fornecimento do(s) objeto(s);
- e) a paralisação do fornecimento dos produtos sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) a subcontratação total do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;
- i) a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- j) a dissolução da sociedade;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- i) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- j) a ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- k) a supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

15.3 A decisão da autoridade competente, relativa à rescisão do Contrato, deverá ser precedida de justificativa fundada, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

15.4 A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nas alíneas “a” a “j” da Cláusula **15.2** deste Contrato;
- b) consensual, por acordo entre as partes e reduzida a termo no processo da contratação direta, desde que haja conveniência para a administração;

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

c) judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo único. A rescisão consensual deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada do Presidente da Câmara Municipal de Boa Esperança - ES;

15.5 Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ADITAMENTOS

16.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo ou Termo de Apostilamento, que a este Contrato se aderirá.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1 Aplica-se à execução deste Termo Contratual, em especial aos casos omissos, a Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

18.1 Fica definido que o responsável por acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato é o servidor **Tiago Barcellos Gongô**, Analista em Tecnologia da Informação da Câmara Municipal, juntamente a servidora **Simony Caliman**, Diretora Geral do Poder Legislativo deste Município, observadas eventuais substituições futuras, às quais somente poderão ser definidas através de Portaria(s) regularmente publicada(s) pela CONTRATANTE no site www.boaesperanca.es.leg.br.

18.2 O e-mail da CONTRATANTE, para fins de comunicação objetivando sanar dúvida relacionada à execução deste Contrato e/ou para fins de encaminhamento pela CONTRATADA de qualquer documento que tenha pertinência com este Instrumento é diretoria@boaesperanca.es.leg.br.

18.3 Fica definido que a pessoa de contato da CONTRATADA (preposto), para fins de relacionamento com a CONTRATANTE, será **Carlos Roberto Schades**, inscrito(a) no CPF sob o nº 082.052.947-80 e no RG nº 1366.060 -ES brasileiro(a), casado, residente e domiciliado(a) na Rua Antônio Bento, 68, Leopoldina, Vila Pavão – CEP: 29.843-000, e-mail vendasjknv@hotmail.com, telefone (27) 3728-1890 ou (27) 3752- 7408 .

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

18.4 Para fins do disposto nas cláusulas **12.6.1** e **14.4.1** deste Contrato, nos subitens **12.6.1** e **13.4.1** do Termo de Referência e do subitem **15.4.1** do Edital do Pregão Presencial, a CONTRATADA informa o e-mail licitacaonv@outlook.com.

18.5 O presente Contrato será publicado, em resumo, no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (no link <https://ioes.dio.es.gov.br/dom>), no Quadro/Mural Oficial de Avisos da Câmara Municipal e no endereço eletrônico <https://www.boaesperanca.es.leg.br/transparencia/contrato>, página oficial da CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Fica eleito o foro da cidade de Boa Esperança-ES, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam este Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Boa Esperança (ES), 08 de novembro de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES - CONTRATANTE

RENATO BARROS - Presidente

MC INFORMÁTICA LTDA ME (CNPJ: 09.299.377/0001-68) – CONTRATADA

CARLOS ROBERTO SCHADES - Representante Legal

TESTEMUNHAS:

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9.286/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

CONTRATO Nº 004/2021
ANEXO I

IT E M	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS REFERENCIAIS MÍNIMAS	MARCA / MODELO	GARANTI A (EM MESES)	QUANT. (UNIDAD ES)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
--------------	---	----------------------	-------------------------------	--------------------------	----------------------------	-------------------------

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

01	<p style="text-align: center;">SERVIDOR TORRE</p> <p>com chassi de 3.5" para até 4 discos rígidos de conexão cabeada; com processador igual, semelhante ou superior ao Intel® Xeon® E-2244G 3.8GHz, 8M cache, 4C/8T, turbo (71W); 32GB de memória UDIMM DDR4 de 2666 MT/s preparado para uso de RAID 0,1,2,10; placa controladora de RAID H330 com altura completa; 02 HD's de 2TB SATA cabeado, 6 Gbps, 7200 RPM e 3,5" com part number do fabricante do servidor; gerenciamento de sistemas incorporado iDRAC 9 básico; iDRAC Server Manager ativado; placa de rede integrada Broadcom 5720 com 02 portas de 1Gb; unidade de DVD+/-RW (leitor e gravador), SATA, interna; com Trusted Platform Module 2.0 (TPM 2.0); Painel Frontal com 1 USB 3.0, 1 iDRAC micro USB 2.0 management port painel traseiro 2 USB 3.0, 4 USB 2.0, 1 VGA e 1 conector serial interno 1 USB 3.0; cabo NBR 14136 2P+T to C13, 250V, 10A, 2m; com Sistema Operacional Windows Server 2019 Standard, 16 núcleos, instalação de fábrica, vários idiomas; com 15 Licenças de acesso do cliente do Windows Server 2019 - CALs de USUÁRIO (Standard); com 5 Licenças de acesso do cliente do Windows Server 2019 - Serviço de acesso remoto (RDS) - CALs de USUÁRIO; com os seguintes acessórios: 01 CABO DE FORÇA: C13/C14, BR14136 (padrão brasileiro), 2 metros de comprimento, 250V, 10A; 01 TECLADO USB C/ FIO: conexão USB, Plug & Play, padrão ABNT2 (Português – Brasil), fabricado pelo mesmo fabricante do servidor, com no mínimo 104 teclas padrão (sendo obrigatório “Ç”), nas dimensões mínimas 44,5cm x 14,5cm x 2,5cm; 01 MOUSE ÓPTICO C/ FIO: sensor óptico, conexão USB, Plug & Play, resolução mínima de 800 dpi, c/ scroll e rolagem multidirecional, fabricado pelo mesmo fabricante do servidor.</p> <p style="text-align: center;">GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES, com assistência técnica no local de instalação do equipamento</p> <p style="text-align: center;"><u>MARCA REFERÊNCIA DE QUALIDADE:</u> <u>DELL OU DE QUALIDADE SEMELHANTE/SIMILAR OU SUPERIOR</u></p>	Conforme a descrição do item e a proposta apresentada	12 meses garantia no local	01	30.025,00	30.025,00
ITEM 01	SERVIDOR TORRE*01 UNIDADE					30.025,00